

suficientes para alteração da estratégia adotada, tendo em vista que fatores como a inflação global, o acirramento das relações geopolíticas e a questão fiscal no ambiente doméstico permanecem exercendo pressão sobre as decisões dos investidores. Diante dessas circunstâncias, manteve-se a decisão de direcionamento dos aportes ao referido fundo, com o consequente encaminhamento à Diretoria Executiva para as providências pertinentes. Em prosseguimento, e em conformidade com o item XV (quinze), o Conselho procedeu ao acompanhamento dos atos administrativos praticados pela Unidade Gestora durante o período, dedicando atenção à regularidade dos procedimentos adotados e aos demais aspectos inerentes à administração do RPPS. Por fim, em atendimento ao item XVI (dezesesseis), os membros avaliaram a existência de fatos, atos ou circunstâncias que pudessem demandar manifestação formal do Conselho Fiscal, inclusive mediante expedição de ofícios ou adoção de outras providências. Não havendo razões que justificassem a adoção de tais medidas, e após as análises e considerações realizadas ao longo da reunião, restaram aprovadas as contas referentes ao período examinado, bem como o Relatório Analítico de Investimentos relativo ao mês de junho, ao segundo trimestre e ao primeiro semestre de 2026. Não havendo mais assuntos a serem deliberados, os trabalhos foram encerrados. Do que, para constar foi lavrada a presente ata que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.....

Amira Sarout Ferreira

Gustavo Sartori Louzada

Liamar Aparecida Veroneze Correa

Márcio Francisco de Deus

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2026, ÀS 16 HORAS.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesseis horas, na Sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Olímpia – OLÍMPIA PREV, reuniram-se o Presidente do Conselho Fiscal **Márcio Francisco de Deus** e os membros **Amira Sarout Ferreira**, **Liamar Aparecida Veroneze Correa** e **Gustavo Sartori Louzada**, para realização da décima quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do OLÍMPIA PREV - Gestão julho/2025 – junho/2029. Iniciando os trabalhos, o presidente do Conselho Fiscal do OLÍMPIA PREV, **Márcio Francisco de Deus** junto aos membros do Conselho passaram à apreciação das matérias constantes da pauta, em observância às atribuições conferidas pelo artigo 63 da Lei Complementar Municipal nº 80, de 18 de junho de 2010. Desse modo, passou-se à apreciação das atribuições do Conselho Fiscal, observada a sequência dos incisos previstos no referido artigo. Através do item I (um), o Presidente informou que não houve contratação ou admissão de pessoal no período. No acompanhamento da organização dos serviços técnicos, não foram relatadas alterações que demandassem manifestação específica do Conselho Fiscal. Seguindo para o item II (dois), foram colocados à disposição dos membros os balancetes de receitas e despesas relativos ao mês de julho de 2026, para acompanhamento da execução orçamentária do Instituto. Os documentos foram examinados quanto aos registros apresentados, permanecendo disponíveis para conferência e eventuais verificações complementares. Em referência ao item III (três), quanto à verificação de tomada de contas especial, foi informado que não houve, no período, instauração ou ocorrência a ser submetida à análise específica do Conselho Fiscal. Conduzindo os trabalhos para a leitura do item IV (quatro), foi disponibilizado ao Conselho Fiscal, permitindo o acompanhamento da movimentação financeira, dos ingressos, dos pagamentos e dos saldos mantidos pelo Instituto, o Boletim Diário da Tesouraria referente ao mês de julho de 2026. Na sequência, analisando o item V (cinco), apurou-se que não houve necessidade de contratação de peritos ou especialistas para a realização de exames em documentos, uma vez que as verificações do período puderam ser realizadas com base nos demonstrativos, relatórios e demais informações apresentadas pela Diretoria. Em atendimento ao item VI (seis), foram disponibilizados para

acompanhamento o Demonstrativo Previdenciário, o DRPA – Demonstrativo de Receitas Previstas e Arrecadadas, o DREI – Demonstrativo de Rentabilidade e Evolução dos Investimentos, bem como as informações relativas ao encaminhamento dos dados cadastrais dos fundos de investimento ao Tribunal de Contas. Os membros tomaram conhecimento dos documentos e dos procedimentos de envio atendendo os prazos. Na leitura do item VII (sete), relativo ao período analisado, não foi identificada situação irregular que exigisse a emissão de notificação, requisição de esclarecimentos ou outro ato formal de questionamento por parte do Conselho Fiscal, sem prejuízo do acompanhamento permanente dos atos de gestão. Na avaliação do item VIII (oito), foram relatados os procedimentos relacionados ao DIPR – Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses, ao envio das informações contábeis ao Sistema Audesp e ao encaminhamento da matriz de saldos contábeis da Prefeitura, em arquivo consolidado. No item IX (nove), foram verificados os recolhimentos dos encargos de responsabilidade dos entes, inclusive o pagamento da parcela do parcelamento do aporte correspondente do mês. Na continuidade dos trabalhos, e já atendendo as disposições do item X (dez), foi entregue aos membros a planilha contendo os saldos atualizados dos fundos integrantes da carteira de investimentos do OLÍMPIA PREV. Conforme a respectiva data-base do demonstrativo, o total dos recursos investidos alcançou R\$ 265.497.548,55 (duzentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). No período indicado na planilha, a carteira apresentou rentabilidade de 0,56% (cinquenta e seis centésimos por cento), correspondente ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.488.952,38 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos). Também foram apresentados os demonstrativos mensal e acumulado das receitas e despesas referentes ao mês de julho e ao exercício de 2026. Em atenção ao item XI (onze), foram relatadas manutenção das providências para organização dos trabalhos destinados ao processo de Certificação Pró-Gestão RPPS e ao acompanhamento do estudo de Asset Liability Management – ALM. O Conselho Fiscal registrou a necessidade de continuidade das medidas de governança, organização documental

e adequação dos procedimentos internos. Relativo ao item XII (doze), foi informado que não houve alienação de bens do Instituto durante o mês de julho de 2026. Em obediência ao disposto no item XIII (treze), a Diretoria de Benefícios apresentou as informações relativas às concessões e extinções de aposentadorias e pensões vinculadas ao período, para ciência e acompanhamento do Conselho Fiscal, sendo: Concessão de aposentadoria por tempo de contribuição a Senhora **Luciana Ferreira de Julle**, extinção de aposentadoria por invalidez da Senhora **Suselei Fátima Borges dos Santos** devido ao seu falecimento, extinção de aposentadoria compulsória da Senhora **Edna Mendes Stortto** devido ao seu falecimento e extinção de pensão por morte da Senhora **Leontina Pessoa Zeli** devido ao seu falecimento. Em referência ao item XIV (quatorze), foi entregue e apreciado o Relatório Analítico de Investimentos, que registrou, em sua respectiva data-base, patrimônio total aplicado de R\$ 261.026.157,67 (duzentos e sessenta e um milhões, vinte e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e sete centavos). O relatório demonstrou rentabilidade financeira acumulada no exercício de R\$ 19.583.431,41 (dezenove milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos). No mês, o retorno apurado foi de 1,21% (um inteiro e vinte e um centésimos por cento), correspondente a acréscimo patrimonial de R\$ 3.132.149,90 (três milhões, cento e trinta e dois mil, cento e quarenta e nove reais e noventa centavos). No acumulado do exercício, a carteira alcançou rentabilidade de 8,08% (oito inteiros e oito centésimos por cento), superando a meta atuarial acumulada de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) em 1,33 ponto percentual (um inteiro e trinta e três centésimos de ponto percentual). Após a análise do relatório analítico, foi comunicada a deliberação do Comitê de Investimentos pela destinação dos aportes futuros provenientes dos repasses mensais da Prefeitura ao fundo SICREDI Liquidez Empresarial DI Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa. A medida foi fundamentada na liquidez, na segurança, na preservação patrimonial e na possibilidade de captura da remuneração dos ativos pós-fixados, sem afastar a necessidade de monitoramento contínuo dos mercados e de eventual revisão da estratégia diante de mudanças relevantes nos indicadores

econômicos, na trajetória dos juros, nas expectativas de inflação ou nas condições fiscais. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das informações, dos resultados e das deliberações apresentadas, mantendo o acompanhamento da carteira e dos procedimentos de regularização aplicáveis. Assim a decisão também foi validada pelo presente Conselhos seguindo para aprovação do Conselho Administrativo e Diretoria. No item XV (quinze), procedeu-se à revisão dos atos administrativos submetidos ao Conselho Fiscal no período. Com base na documentação disponibilizada, não foram apontados fatos que exigissem manifestação específica, ficando registrada a continuidade do acompanhamento e a possibilidade de solicitação de esclarecimentos adicionais sempre que necessários. Por fim no item XVI (dezesesseis), foi verificada a eventual necessidade de expedição de ofícios ou de outras manifestações em razão de atos de improbidade. Não tendo sido identificada, no período, ocorrência que justificasse tal providência, não houve emissão de ofício com essa finalidade e as contas apresentadas do mês de julho de 2026 restaram aprovadas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelos demais membros presentes.-----

Amira Sarout Ferreira

Gustavo Sartori Louzada

Liamar Aparecida Veroneze Correa

Márcio Francisco de Deus

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE OLÍMPIA – OLÍMPIA PREV, GESTÃO JULHO/2025 – JUNHO/2029, REALIZADA NO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 16 HORAS.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às dezesesseis horas, na Sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do